

SUMÁRIO

PARTE I | ORIENTAÇÕES EXTRAJUDICIAIS

1	RELAÇÃO ADVOGADO-CLIENTE E A RELAÇÃO CONTRATUAL...	3
1.1	O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.....	3
1.2	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	3
1.3	AS INFORMAÇÕES E OS DOCUMENTOS A SEREM FORNECIDOS PELO CLIENTE	4
1.3.1	Modelo de ficha de cliente	5
1.4	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9
1.4.1	Modelo de contrato de prestação de serviços.....	9
1.4.2	Modelo de termo de distrato contratual.....	11
1.5	INSTRUMENTO DE MANDATO	12
1.5.1	Modelo de procuração	14
1.5.2	Modelo de substabelecimento.....	15
1.5.3	Modelo de termo de renúncia	15
1.6	A REPRESENTAÇÃO DO EMPREGADOR EM AUDIÊNCIA E A CARTA DE PREPOSIÇÃO.....	16
1.6.1	Modelo de carta de preposição	17
1.7	OUTROS DOCUMENTOS.....	17
1.7.1	Modelo de declaração de pobreza.....	17
1.7.2	Modelo de carta ao cliente.....	17
1.7.3	Modelo de carta-convite à testemunha	18
1.8	CONTROLE FINANCEIRO	18
1.8.1	Modelo de recibo de pagamento.....	18
1.9	PARECER JURÍDICO	19
1.9.1	Modelo de um parecer jurídico.....	19
1.10	SUSTENTAÇÃO ORAL.....	21

PARTE II | PROCESSO TRABALHISTA

2	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	27
2.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	27
2.2	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E PROCEDIMENTOS	27
2.3	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL NO PROCESSO CIVIL.....	28
2.4	REQUISITOS DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA NO PROCESSO DO TRABALHO	28
2.4.1	Requisitos externos	28
2.4.2	Requisitos internos.....	29
2.4.2.1	Designação da autoridade judicial a quem é dirigida.....	30
2.4.2.2	Qualificação das partes	30
2.4.2.3	Causa de pedir: exposição dos fatos e fundamentos	31
2.4.2.4	Tutela provisória.....	32
2.4.2.5	O pedido.....	33
2.4.2.5.1	Requisitos do pedido.....	37
2.4.2.5.2	Pedidos determinados e genéricos.....	38
2.4.2.5.3	Pedido fixo	38
2.4.2.5.4	Pedido alternativo	39
2.4.2.5.5	Pedidos sucessivos ou subsidiários	39
2.4.2.5.6	Pedido único e pedidos cumulados.....	39
2.4.2.5.7	Pedido de prestações sucessivas	39
2.4.2.5.8	Pedido com cominação.....	40
2.4.2.6	Requerimentos na reclamação trabalhista.....	40
2.4.2.6.1	Opção do autor por audiência de conciliação ou de mediação	40
2.4.2.6.2	Citação	41
2.4.2.6.3	Assistência judiciária gratuita	41
2.4.2.6.4	Intervenção do Ministério Público do Trabalho	43
2.4.2.6.5	Provas.....	43
2.4.2.6.6	Despesas processuais	43
2.4.2.6.7	Honorários advocatícios	43
2.4.2.7	Valor da causa no processo trabalhista.....	45
2.4.2.8	Assinatura do autor ou de seu representante	46
2.5	DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	46
2.6	PETIÇÃO INICIAL E O PROCESSO ELETRÔNICO	46
2.7	EMENDAS À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	48

2.8	ADITAMENTO À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....	48
2.9	PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIO PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL.....	49
2.10	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	51
2.11	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	53
2.12	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	56
2.13	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA	58
2.14	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL.....	61
2.15	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR.....	63
2.16	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	67
3	TUTELA PROVISÓRIA.....	73
3.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	73
3.2	APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO.....	73
3.3	TUTELA PROVISÓRIA E SUAS ESPÉCIES	74
3.4	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	74
3.5	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA	75
3.5.1	Tutela de urgência de natureza cautelar.....	75
3.5.1.1	Tutela cautelar e sua finalidade	75
3.5.1.2	Tutela cautelar e medida liminar	76
3.5.1.3	Objeto da tutela provisória de natureza cautelar	76
3.5.1.3.1	Modelo de requerimento de tutela provisória em caráter incidental – modelo genérico.....	76
3.5.1.3.2	Arresto.....	78
3.5.1.3.3	Sequestro.....	80
3.5.1.3.4	Busca e apreensão	81
3.5.1.3.5	Exibição.....	83
3.5.1.3.6	Produção antecipada de provas.....	85
3.6	TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA.....	92
3.7	REQUISITOS LEGAIS.....	92
3.8	DANO PROCESSUAL E PREJUÍZO SOFRIDO.....	93
3.9	TUTELA DE EVIDÊNCIA	93
3.10	PROCEDIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	94

3.10.1	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	94
3.10.2	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente....	95
3.11	CUSTAS PROCESSUAIS	96
3.12	RECURSO CONTRA A DECISÃO DE TUTELA PROVISÓRIA	96
3.13	MODELO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA EM CARÁTER ANTECEDENTE	97
3.14	MODELO DE ADITAMENTO (RECLAMAÇÃO TRABALHISTA) À TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA (DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA EM CARÁTER ANTECEDENTE)	99
3.15	MODELO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA – TÓPICO ESPECÍFICO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....	103
4	RESPOSTA DA RECLAMADA: CONTESTAÇÃO	105
4.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	105
4.2	RESPOSTA DA RECLAMADA: ESPÉCIES E APRESENTAÇÃO	105
4.2.1	Citação e resposta no processo eletrônico (PJe)	107
4.2.2	Resposta, revelia e confissão quanto à matéria de fato	109
4.3	DAS PARTES	111
4.4	CONTESTAÇÃO.....	111
4.4.1	Conteúdo necessário da contestação	111
4.4.2	Preliminares processuais	112
4.4.2.1	Inexistência ou nulidade de citação.....	112
4.4.2.2	Incompetência absoluta e relativa	114
4.4.2.3	Incorreção do valor da causa.....	115
4.4.2.4	Inépcia da petição inicial.....	116
4.4.2.5	Extrínsecos à relação processual	116
4.4.2.6	Relativos às partes: incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	116
4.4.2.7	Convenção de arbitragem.....	117
4.4.2.8	Condições da ação	117
4.4.2.9	Indevida a concessão do benefício de gratuidade de justiça	118
4.4.3	Prejudiciais de mérito.....	118
4.4.4	Defesa de mérito	120
4.4.5	Documentos que acompanham a resposta da reclamada	121
4.5	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	121
4.6	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	125
4.7	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	129

5	RESPOSTA DA RECLAMADA: PRELIMINARES E TEMAS ESPECÍFICOS	135
5.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	135
5.2	RESPOSTA DA RECLAMADA: ESPÉCIES E APRESENTAÇÃO	136
5.3	PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL (<i>RATIONE LOCI</i>).....	136
5.3.1	Critérios de fixação da competência territorial.....	138
5.4	PRELIMINAR E IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	138
5.4.1	Assistência jurídica integral e gratuita	138
5.4.2	Concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita...	140
5.4.3	Procedimento do pedido, da preliminar e da impugnação ao pedido de assistência jurídica integral e gratuita.....	140
5.5	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO	142
5.5.1	Imparcialidade do juiz.....	142
5.5.2	Procedimento da exceção de impedimento ou suspeição do juiz....	143
5.5.3	Impedimento e suspeição de outras pessoas.....	145
5.6	RECONVENÇÃO	145
5.6.1	Reconvenção e o processo do trabalho.....	145
5.6.2	Admissibilidade e procedimento	146
5.6.3	Revelia e a reconvenção	147
5.6.4	Reconvenção e compensação	147
5.6.5	Reconvenção e o litisconsórcio.....	147
5.6.6	Reconvenção e o processo de execução.....	148
5.7	MODELO DE PRELIMINAR DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LOCAL.....	148
5.8	MODELO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	149
5.9	MODELO DE PETIÇÃO DE EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO.....	150
5.10	MODELO DE PETIÇÃO DE RECONVENÇÃO (PARTE DA CONTESTAÇÃO)	151
6	QUESTÕES PROCESSUAIS NA FASE DE CONHECIMENTO	153
6.1	PROTESTO “NÃO PRECLUSIVO”.....	153
6.1.1	Modelo de protesto escrito.....	155
6.2	O COMPARECIMENTO DAS TESTEMUNHAS NO PROCESSO TRABALHISTA.....	156
6.2.1	Modelo de petição de rol de testemunhas	158
6.3	RÉPLICA.....	159
6.3.1	Modelo de petição de réplica.....	160

6.4	A PROVA PERICIAL E OS QUESITOS.....	161
6.4.1	Conceito	161
6.4.2	Admissibilidade da prova pericial.....	161
6.4.3	Procedimento da perícia, do assistente técnico e dos quesitos.....	162
6.4.4	Modelo de petição de indicação de assistente técnico e quesitos....	163
6.5	ALEGAÇÕES FINAIS.....	164
6.5.1	Modelo de petição de razões finais escritas.....	165
6.6	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	167
6.6.1	Conceito de terceiro.....	167
6.6.2	Tipos de intervenção de terceiro.....	170
6.6.2.1	Assistência.....	170
6.6.2.1.1	Assistência simples.....	170
6.6.2.1.2	Assistência litisconsorcial.....	173
6.6.2.2	Oposição	175
6.6.2.2.1	Petição do opoente	178
6.6.2.2.2	Modelo de oposição	178
6.6.2.3	Nomeação à autoria.....	181
6.6.2.3.1	Preliminar de ilegitimidade passiva.....	184
6.6.2.3.2	Modelo de contestação, com preliminar de ilegitimidade passiva e a indicação do sujeito passivo da relação jurídica discutida.....	184
6.6.2.4	Denúnciação à lide	186
6.6.2.4.1	Conceito.....	186
6.6.2.4.2	Hipóteses legais	187
6.6.2.4.3	Procedimento.....	187
6.6.2.4.4	O cabimento da denúnciação da lide no processo do trabalho	188
6.6.2.4.5	Petição da denúnciação à lide	188
6.6.2.4.6	Modelo de denúnciação da lide	188
6.6.2.4.7	<i>Factum principis</i> e a denúnciação à lide.....	191
6.6.2.5	Chamamento ao processo.....	193
6.6.2.5.1	Petição do chamamento ao processo	194
6.6.2.5.2	Modelo de chamamento ao processo.....	195
6.6.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica...	197
6.6.2.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	197
6.6.2.6.2	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao processo do trabalho	199

6.6.2.6.3	Modelo de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	201
6.6.2.7	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	203
6.6.2.7.1	Modelo de intervenção na qualidade de <i>amicus curiae</i>	204
6.7	CARTAS PRECATÓRIAS E ROGATÓRIAS.....	205
6.7.1	Forma dos atos de comunicação.....	205
6.7.2	Requisitos das cartas.....	205
6.7.3	Cumprimento das cartas.....	206
6.7.4	Cartas urgentes.....	206
6.7.5	Cooperação internacional e as cartas rogatórias.....	207
6.7.5.1	Cooperação internacional no CPC.....	207
6.7.5.2	Cartas rogatórias.....	208
6.7.5.3	Procedimento.....	208
7	EMBARGOS DECLARATÓRIOS	211
7.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	211
7.2	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	211
7.3	CABIMENTO.....	212
7.4	EFETIVO CONTRADITÓRIO.....	215
7.5	JULGAMENTO.....	216
7.6	EFEITO MODIFICATIVO OU EFEITO INFRINGENTE.....	216
7.7	EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONATÓRIOS.....	217
7.8	A DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	219
7.9	PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NA APRECIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	219
7.10	PRAZO RECURSAL.....	220
7.11	EMBARGOS PROTELATÓRIOS.....	220
7.12	PROCESSAMENTO.....	221
7.13	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR CONTRADIÇÃO E POR OMISSÃO (FATO SUPERVENIENTE).....	222
7.14	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR OMISSÃO (COM EFEITO MODIFICATIVO).....	224
7.15	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONATÓRIOS.....	226
7.16	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR OBSCURIDADE ...	228
7.17	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM EFEITO MODIFICATIVO EM RELAÇÃO AOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.....	229

8	RECURSO ORDINÁRIO	231
8.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	231
8.2	CABIMENTO	231
8.3	OBJETO	232
8.4	RECURSO ORDINÁRIO CONTRA SENTENÇA PARCIAL DE MÉRITO....	233
8.5	RECURSO ORDINÁRIO NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	233
8.6	RECURSO ORDINÁRIO DA UNIÃO. A DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO E A SENTENÇA TRABALHISTA. OS RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DO IMPOSTO DE RENDA.....	234
8.7	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	237
8.8	PRAZO RECURSAL.....	238
8.9	PREPARO RECURSAL.....	239
8.9.1	Recolhimento das custas processuais	240
8.9.1.1	Custas processuais em caso de inversão de sucumbência...	242
8.9.1.2	Modelo de Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial).....	243
8.9.2	Garantia recursal e o depósito recursal	243
8.9.2.1	Modelo de Guia de Recolhimento.....	247
8.9.2.2	Requisitos – seguro garantia judicial e carta de fiança	248
8.9.3	Substituição do depósito recursal por outra forma de garantia.....	250
8.9.4	Multas processuais e o preparo recursal.....	250
8.10	EFEITOS	251
8.10.1	Modelo de pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário	252
8.11	PROCEDIMENTO.....	255
8.12	ESTRUTURA	256
8.13	CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO.....	257
8.14	SUSTENTAÇÃO ORAL.....	257
8.15	MODELO DE RECURSO ORDINÁRIO	257
8.16	MODELO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO (OU CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO)	260
8.17	MODELO DE RECURSO ORDINÁRIO DA TESTEMUNHA POR MULTA APLICADA.....	263
9	AGRAVO DE INSTRUMENTO	269
9.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	269
9.2	CABIMENTO	269
9.2.1	Agravo de instrumento contra decisão que admite apenas parcialmente o recurso de revista	270

9.3	PRAZO RECURSAL.....	271
9.4	PREPARO RECURSAL.....	271
9.4.1	Custas processuais.....	271
9.4.2	Garantia recursal e o depósito recursal.....	271
9.5	FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	272
9.6	EFEITOS.....	274
9.7	PROCESSAMENTO.....	274
9.8	ESTRUTURA	276
9.9	CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO	276
9.10	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	276
9.11	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	278
10	AGRAVO INTERNO.....	281
10.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	281
10.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	281
10.3	PREPARO	284
10.4	PROCESSAMENTO.....	284
10.5	AGRAVO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU INFUNDADO.....	284
10.6	ESTRUTURA	284
10.7	CONTRAMINUTA AO AGRAVO.....	285
10.8	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO (ART. 896, §§ 12 E 14, CLT).....	285
10.9	MODELO DE AGRAVO INTERNO	287
11	AGRAVO DE PETIÇÃO.....	291
11.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	291
11.2	CABIMENTO	291
11.3	OBJETO DO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	293
11.4	O AGRAVO DE PETIÇÃO E A EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	294
11.5	PRAZO RECURSAL.....	295
11.6	PREPARO RECURSAL.....	295
11.6.1	Custas processuais.....	295
11.6.2	Depósito recursal.....	295
11.7	EFEITOS.....	296
11.8	PROCEDIMENTO.....	297
11.9	ESTRUTURA	297
11.10	CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	298
11.11	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO DE PETIÇÃO.....	298

11.12	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO	303
12	RECURSO DE REVISTA	307
12.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	307
12.2	CABIMENTO	307
12.2.1	Divergência jurisprudencial (art. 896, alínea <i>a</i>).....	308
12.2.2	Divergência jurisprudencial (art. 896, alínea <i>b</i>).....	312
12.2.3	Violação literal de dispositivo de lei federal ou afronta direta e literal da Constituição Federal (art. 896, alínea <i>c</i>)	313
12.2.4	Recurso de revista em procedimento sumaríssimo	314
12.2.5	Recurso de revista em execução trabalhista.....	314
12.2.6	Recurso de revista nas execuções fiscais e nas controvérsias que envolvam a CNDT	315
12.2.7	Recurso de revista em agravo de instrumento	315
12.2.8	Recurso de revista em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	315
12.3	NOÇÕES SOBRE A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	316
12.4	PREQUESTIONAMENTO	319
12.5	TRANSCENDÊNCIA	322
12.6	RECURSOS DE REVISTA (E DE EMBARGOS NO TST) REPETITIVOS.....	325
12.6.1	Seleção dos múltiplos recursos com idêntica questão de direito.....	326
12.6.2	Órgão julgador.....	326
12.6.3	Procedimento do incidente de recursos repetitivos.....	327
12.6.4	Incidente de não afetação do recurso e prosseguimento da ação	330
12.6.5	Acórdão paradigma.....	330
12.7	PRAZO RECURSAL.....	333
12.8	PREPARO RECURSAL.....	334
12.8.1	Recolhimento das custas processuais	335
12.8.1.1	Modelo de Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial).....	337
12.8.2	Garantia recursal e o depósito recursal	337
12.8.2.1	Modelo de Guia de Recolhimento.....	340
12.8.2.2	Requisitos – seguro garantia judicial e carta de fiança	341
12.8.3	Substituição do depósito recursal por outra forma de garantia.....	343
12.8.4	Multas processuais e o preparo recursal.....	343
12.9	EFEITOS	344
12.10	PROCEDIMENTO.....	344
12.11	ESTRUTURA	348

12.12	CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE REVISTA.....	349
12.13	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO DE REVISTA.....	349
12.14	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE REVISTA.....	352
12.15	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO DE REVISTA EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	356
12.16	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES EM RECURSO DE REVISTA EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	358
13	EMBARGOS NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	361
13.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	361
13.2	CABIMENTO	361
13.2.1	Embargos de divergência.....	362
13.2.2	Embargos infringentes.....	365
13.3	PRAZO RECURSAL.....	366
13.4	PREPARO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
13.5	EFEITOS DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
13.6	PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
13.7	ESTRUTURA DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	368
13.8	CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	368
13.9	EMBARGOS NO TST (E RECURSOS DE REVISTA) REPETITIVOS	368
13.10	MODELO DE PETIÇÃO DE EMBARGOS POR DIVERGÊNCIA	369
13.11	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	371
14	RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	375
14.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	375
14.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	375
14.2.1	Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	377
14.2.2	Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	378
14.2.3	Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal.....	378
14.3	O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL	378
14.4	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E O PROCESSO DO TRABALHO.....	379
14.5	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS.....	381
14.6	DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.....	382
14.7	PRAZO RECURSAL.....	382
14.8	PREPARO RECURSAL.....	382
14.9	EFEITOS	383
14.10	PROCEDIMENTO.....	384

14.10.1	Admissibilidade pelo tribunal <i>a quo</i>	384
14.10.2	Admissibilidade pelo tribunal <i>ad quem</i>	385
14.11	ESTRUTURA	386
14.12	CONTRARRAZÕES.....	386
14.13	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	387
14.14	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	389
15	CORREIÇÃO PARCIAL.....	393
15.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	393
15.2	CABIMENTO	393
15.3	PRAZO RECURSAL.....	395
15.4	PREPARO	395
15.5	EFEITOS.....	396
15.6	PROCEDIMENTO.....	396
15.7	ESTRUTURA	397
15.8	MODELO DE PETIÇÃO DE CORREIÇÃO PARCIAL	397
16	PEDIDO DE REVISÃO	401
16.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	401
16.2	CABIMENTO	401
16.3	PRAZO RECURSAL.....	402
16.4	PREPARO RECURSAL.....	402
16.5	EFEITOS.....	402
16.6	PROCEDIMENTO.....	403
16.7	ESTRUTURA	403
16.8	CONTRARRAZÕES.....	403
16.9	MODELO DE PETIÇÃO DE PEDIDO DE REVISÃO	403
17	RECURSO ADESIVO	405
17.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	405
17.2	CABIMENTO	405
17.3	OBJETO	406
17.4	PRAZO RECURSAL.....	407
17.5	PREPARO RECURSAL.....	407
17.6	EFEITOS.....	407
17.7	PROCEDIMENTO.....	407
17.8	ESTRUTURA	407
17.9	CONTRARRAZÕES.....	407

17.10	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO.....	408
18	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	411
18.1	CONCEITO DE LIQUIDAÇÃO E A SUA NATUREZA JURÍDICA.....	411
18.2	REGRAS GERAIS QUANTO À LIQUIDAÇÃO TRABALHISTA	411
18.3	LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS	413
18.3.1	Sistema de cálculos trabalhistas – Pje-Calc	415
18.3.2	Modelo de petição de apresentação de cálculos de liquidação.....	415
18.4	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO	415
18.4.1	Modelo de petição de liquidação por arbitramento	416
18.5	LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM (“POR ARTIGOS DE LIQUIDAÇÃO”).....	417
18.5.1	Modelo de petição de liquidação por artigos de liquidação.....	419
18.6	LIQUIDAÇÃO MISTA.....	420
18.7	LIQUIDAÇÕES AUTÔNOMAS	420
18.8	LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	421
19	EMBARGOS DO DEVEDOR E IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	423
19.1	EMBARGOS DO DEVEDOR.....	423
19.1.1	Fundamento jurídico	423
19.1.2	Cabimento.....	423
19.1.3	Objeto	426
19.1.4	Legitimação.....	431
19.1.5	Competência.....	433
19.1.6	Prazo	433
19.1.7	Garantia do juízo.....	434
19.1.8	Custas processuais.....	435
19.1.9	Efeitos dos embargos à execução	435
19.1.10	Procedimento	437
19.1.11	Estrutura.....	438
19.1.12	Resposta do embargado	439
19.1.13	Modelo de embargos à execução	439
19.2	IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	442
19.2.1	Fundamento jurídico	442
19.2.2	Cabimento.....	442
19.2.3	Objeto	442
19.2.4	Prazo	443
19.2.5	Custas processuais.....	443

19.2.6	Efeitos	443
19.2.7	Procedimento	443
19.2.8	Estrutura.....	444
19.2.9	Manifestação da parte contrária.....	444
19.2.10	Modelo de impugnação à sentença de liquidação	444
20	EXPROPRIAÇÃO TRABALHISTA E A IMPUGNAÇÃO À ARREMA- TAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO.....	447
20.1	EXPROPRIAÇÃO.....	447
20.1.1	Arrematação	447
20.1.1.1	Edital.....	447
20.1.1.2	Praça e leilão.....	449
20.1.1.3	Credor hipotecário.....	449
20.1.1.4	Aspectos procedimentais da arrematação.....	450
20.1.1.5	Lanço vil na arrematação trabalhista	451
20.1.1.6	Auto de arrematação	452
20.1.1.7	Desfazimento da arrematação.....	452
20.1.1.8	Carta de arrematação	453
20.1.1.9	Consequências da arrematação.....	453
20.1.2	Adjudicação	453
20.1.2.1	Legitimação para a adjudicação	454
20.1.2.2	Procedimento	455
20.1.3	Alienação por iniciativa particular ou em leilão judicial	455
20.1.4	Remição.....	456
20.2	IMPUGNAÇÃO À ARREMAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO	457
20.2.1	Fundamento jurídico	457
20.2.2	Cabimento.....	457
20.2.3	Custas processuais.....	458
20.2.4	Procedimento	458
20.2.5	Estrutura.....	458
20.2.6	Contraminuta	458
20.3	MODELO DE IMPUGNAÇÃO À ARREMAÇÃO.....	459
21	EMBARGOS DE TERCEIRO.....	461
21.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	461
21.2	CABIMENTO	461
21.3	OBJETO	462
21.4	LEGITIMIDADE.....	462
21.5	COMPETÊNCIA	464

21.6	PRAZO	464
21.7	CUSTAS PROCESSUAIS	465
21.8	EFEITOS	465
21.9	PROCEDIMENTO.....	465
21.10	ESTRUTURA	465
21.11	RESPOSTA.....	466
21.12	RECURSO.....	466
21.13	MODELO DE EMBARGOS DE TERCEIRO.....	467
22	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	469
22.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	469
22.2	CABIMENTO	469
22.3	PRAZO	470
22.4	CUSTAS PROCESSUAIS.....	470
22.5	PROCEDIMENTO.....	470
22.6	ESTRUTURA	471
22.7	CONTRAMINUTA.....	471
22.8	MODELO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	471

PARTE III | AÇÕES CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO

23	MANDADO DE SEGURANÇA	477
23.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	477
23.2	CABIMENTO E ATOS ATACÁVEIS	477
23.3	LEGITIMIDADE ATIVA.....	482
23.3.1	<i>Writ</i> individual.....	482
23.3.1.1	Capacidade postulatória.....	483
23.3.2	<i>Writ</i> coletivo.....	483
23.4	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	483
23.5	LITISCONSÓRCIO.....	486
23.6	COMPETÊNCIA	486
23.7	PRAZO PARA AJUIZAMENTO	487
23.8	MEDIDA LIMINAR.....	488
23.9	RECURSOS CONTRA A DECISÃO LIMINAR.....	489
23.9.1	Agravo de instrumento	489
23.9.2	Pedido de suspensão dos efeitos da liminar	490
23.10	DECISÃO.....	491
23.11	RECURSOS CONTRA SENTENÇA.....	492

23.12 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	494
23.13 PROCESSAMENTO	494
23.14 MODELO DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	496
24 HABEAS CORPUS.....	499
24.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	499
24.2 ASPECTOS DO <i>HABEAS CORPUS</i>	499
24.3 CABIMENTO	500
24.4 OBJETO	503
24.5 COMPETÊNCIA FUNCIONAL	503
24.6 LEGITIMIDADE ATIVA.....	504
24.7 LEGITIMIDADE PASSIVA.....	504
24.8 PEDIDO LIMINAR.....	504
24.9 CUSTAS PROCESSUAIS.....	504
24.10 RECURSOS.....	505
24.11 NOMEAÇÃO DO DEPOSITÁRIO	505
24.12 MODELO DE <i>HABEAS CORPUS</i>	507
24.13 MODELO DE <i>HABEAS CORPUS</i>	509
25 HABEAS DATA.....	513
25.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	513
25.2 CABIMENTO	513
25.3 O <i>HABEAS DATA</i> E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO ...	514
25.4 SUJEITO PASSIVO.....	517
25.5 CUSTAS PROCESSUAIS.....	519
25.6 PROCEDIMENTO.....	520
25.7 ESTRUTURA	521
25.8 MODELO DE <i>HABEAS DATA</i>	522
26 DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO	525
26.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	525
26.2 CONCEITO E ESPÉCIES	525
26.2.1 Dissídio de greve.....	526
26.3 COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	527
26.4 PRAZO PARA INSTAURAÇÃO DO DISSÍDIO	528
26.5 CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	529
26.5.1 Legitimidade.....	529
26.5.1.1 Deliberação da assembleia.....	531
26.5.2 Interesse de agir.....	533

26.5.2.1	Negociação prévia frustrada.....	533
26.5.3	Possibilidade jurídica do pedido	534
26.5.4	Ajuizamento de “comum acordo”.....	535
26.6	PROCEDIMENTO.....	537
26.6.1	Instauração do dissídio coletivo	537
26.6.1.1	Dissídio de extensão	538
26.6.1.2	Dissídio de revisão.....	539
26.6.2	Pedido de instauração	540
26.6.2.1	Custas processuais.....	543
26.6.2.2	Depósito recursal.....	543
26.6.3	Audiência	543
26.6.4	Resposta	545
26.6.4.1	Contestação	546
26.6.4.2	Reconvenção.....	547
26.6.4.3	Exceção.....	548
26.6.5	Diligências necessárias.....	548
26.6.6	Sentença normativa.....	549
26.6.6.1	A coisa julgada da sentença normativa	552
26.6.7	Recursos cabíveis.....	553
26.6.7.1	Efeito suspensivo do recurso ordinário	554
26.7	MODELO DE DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA ...	554
26.8	MODELO DE DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE	559

PARTE IV | AÇÕES DE PROCEDIMENTO ESPECIAL NO PROCESSO DO TRABALHO

27	INQUÉRITO DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	565
27.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	565
27.2	CABIMENTO	565
27.3	PRAZO	566
27.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	566
27.5	PROCEDIMENTO.....	567
27.6	ESTRUTURA	567
27.7	MODELO DE INQUÉRITO DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	568

28	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	571
28.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	571
28.2	CABIMENTO	571
28.3	NATUREZA JURÍDICA.....	572
28.4	COMPETÊNCIA	572
28.5	LEGITIMIDADE.....	572
28.6	AJUIZAMENTO	572
28.7	PRAZO PRESCRICIONAL.....	573
28.8	EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA SENTENÇA NORMATIVA NA AÇÃO DE CUMPRIMENTO	573
28.9	ESTRUTURA	574
28.10	MODELO DE AÇÃO DE CUMPRIMENTO	574
29	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO	577
29.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	577
29.2	CABIMENTO	577
29.3	CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	579
29.4	DESPEAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	579
29.5	PROCEDIMENTO.....	579
29.6	ESTRUTURA	581
29.7	MODELO DE AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	581
30	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	583
30.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	583
30.2	CABIMENTO	583
30.3	DESPEAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	583
30.4	PROCEDIMENTO.....	584
30.5	ESTRUTURA	584
30.6	MODELO DE AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	585
31	AÇÃO REVISIONAL	587
31.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	587
31.2	CABIMENTO	587
31.3	DESPEAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	589
31.4	PROCEDIMENTO.....	589
31.5	ESTRUTURA	590
31.6	MODELO DE AÇÃO REVISIONAL.....	590
32	HABILITAÇÃO INCIDENTAL	593
32.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	593

32.2	CABIMENTO	593
32.3	COMPETÊNCIA	594
32.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	594
32.5	PROCEDIMENTO.....	594
32.6	ESTRUTURA	595
32.7	MODELO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO INCIDENTAL.....	595
33	AÇÃO RESCISÓRIA.....	597
33.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	597
33.2	ASPECTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	597
33.3	CABIMENTO	600
33.3.1	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	600
33.3.2	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz.....	600
33.3.3	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencedora ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.....	601
33.3.4	Ofensa à coisa julgada.....	603
33.3.5	Violar manifestamente norma jurídica.....	604
33.3.6	Falsidade da prova	608
33.3.7	Prova nova.....	609
33.3.8	Erro de fato verificável do exame dos autos.....	609
33.3.9	Confissão, desistência ou transação.....	610
33.4	PRAZO DE AJUIZAMENTO	611
33.5	LEGITIMIDADE.....	613
33.6	COMPETÊNCIA JURISDICCIONAL.....	614
33.7	NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO	614
33.8	VALOR DA CAUSA.....	615
33.9	CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	615
33.10	DEPÓSITO PRÉVIO	615
33.10.1	Modelo de guia de depósito prévio.....	616
33.11	PROCEDIMENTO.....	616
33.12	ESTRUTURA	618
33.12.1	Tutela provisória na ação rescisória.....	619
33.12.2	Os pedidos da ação rescisória.....	619
33.13	MODELO DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	620
34	AÇÃO ANULATÓRIA.....	625
34.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	625
34.2	CABIMENTO	625

34.3	AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO OU ATO JUDICIAL.....	626
34.4	AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULA CONVENCIONAL	626
34.5	AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL.....	627
34.6	PRAZO	627
34.7	LEGITIMIDADE ATIVA.....	627
34.8	COMPETÊNCIA	629
34.9	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	629
34.10	PROCEDIMENTO.....	630
34.11	ESTRUTURA	630
34.12	MODELO DE AÇÃO ANULATÓRIA.....	630
	BIBLIOGRAFIA	633